

Americanos pretendem financiar a terceira ponte

O Connecticut Trust Bank Company, americano, representado no Brasil pela Corretora Souza Barros, de São Paulo, poderá conceder empréstimo de 80 milhões de dólares para a conclusão das obras da terceira ponte. Entendimentos neste sentido foram mantidos ontem entre o secretário Musso Leal, da Indústria e do Comércio, o empresário Renato Coelho e diretores da Souza Barros.

A informação é do secretário Musso Leal. Segundo ele, o Espírito Santo precisa estudar a proposta, já que tem a necessidade de entrar com uma parcela própria de US\$ 24 milhões e constituir uma empresa de economia mista, à qual seriam repassados os recursos de US\$ 80 milhões. Nesse sentido, o Estado terá a vantagem de não ter pedido de empréstimo externo submetido ao Senado.

Musso Leal viajou a São

Paulo para manter contatos com empresários e diretores da empresa Brasilinterpart S.A., com a qual o Estado mantém convênio para a atração de investimentos para o Espírito Santo, especialmente na área industrial. O secretário garantiu que "várias empresas já se mostram interessadas na potencialidade capixaba, aguardando apenas que passe a pequena nuvem de recessão que aí está".

Sobre a terceira ponte ainda, afirmou que nos contatos que mantém com a direção da Souza Barros evidenciou-se a necessidade do estabelecimento de pedágio, que preliminarmente seria de Cr\$ 50 por veículo (um estudo mais apurado deverá determinar o valor preciso), para fazer frente aos custos do empréstimo bem como para ajudar na sua amortização. Os juros ficaram preliminarmente estabelecidos em 20% ao ano, além de uma

carência de 30 meses, "tempo suficiente para a conclusão das obras", afirmou Musso.

O secretário, que recebeu "sinal verde" do governador para tratar também deste assunto, em São Paulo, adiantou também que há três ou quatro empreiteiras paulistas interessados na realização de um estudo de viabilidade técnica, através do qual se conheceria a melhor e a mais barata forma de conclusão do projeto. Ele preferiu não revelar o nome dos empreiteiros, entendendo que, se o fizesse, poderia trazer problemas para as negociações.

Sobre a constituição de uma empresa de economia mista, que recebesse e gerisse os recursos da terceira ponte, Musso revelou que o assunto precisa agora ser estudado detidamente. Lembrou, também, a possibilidade de uso da estrutura da Comdusa para tal finalidade, embora não admitisse que essa empresa seria a indicada.

Gasto passa de Cr\$ 1 bilhão

Ao contrário do que vinha sendo anunciado por fontes do governo estadual, a parte já pronta da terceira ponte — 25% do total previsto — já ultrapassa a Cr\$ 1 bilhão e 100 milhões, e não Cr\$ 900 milhões. Desse montante, o Estado aplicou na obra Cr\$ 566 milhões, sendo Cr\$ 510 milhões pagos à empresa Usimec, responsável pela execução do projeto, e Cr\$ 56 milhões à empresa Figueiredo Ferraz, que elaborou os projetos executivos e de localização da ponte.

A obra, que esteve desde o início, em fins de 1978, sob responsabilidade do governo estadual, foi transferida para o controle do DNER em novembro de 1979. Quatro meses depois, o DNER já devia (e ainda continua) mais de Cr\$ 600 milhões à empreiteira Usimec. Os motivos de elevado débito, em tão curto espaço de tempo, não tiveram explicação precisa das secretarias do Interior e dos Transportes e da Fazenda, nem tampouco da Coordenadoria de Planejamento do Estado.

CONFUSÃO

Outro fato ainda confuso se refere aos custos dos projetos executivo e de localização da terceira ponte, elaborados pela empresa Figueiredo Ferraz.

Ambos os trabalhos deveriam custar, de acordo com informações oficiais, em 1977, um total de Cr\$ 10 milhões. Entretanto, foram pagos Cr\$ 26 milhões — o que acabou representando Cr\$ 56 milhões, já que Cr\$ 10 milhões foram financiados pelo Bandes e esta dívida, acrescida de juros e correção monetária, acabou sendo de Cr\$ 40 milhões.

De acordo com o secretário do Interior e dos Transportes, Syro Tedoldi Neto, o governo do Estado usou cerca de Cr\$ 160 milhões em material existente no canteiro de obras da ponte, como parte do pagamento com as empreiteiras da obra. Entretanto, a liberação de recursos para empresas executoras do projeto somente poderiam ser feitas mediante apresentação de faturas, referentes aos trabalhos efetuados na obra e não na compra de material.

Pelo contrato feito com as empreiteiras da ponte, o material empregado na obra seria de responsabilidade das empresas, cabendo ao Estado pagá-lo somente quando usado. Desta forma, o governo não poderia pagar a seus empreiteiros com material por eles comprado. Apesar disso, Syro Tedoldi justificou-se dizendo que em virtude da paralisação da obra, o material não utilizado passou ser de propriedade do Estado,

que o vendeu às firmas construtoras.

Outro fato sem explicação na área do governo estadual se refere ao empréstimo de 30 milhões de dólares, contraído junto a um consórcio de bancos ingleses. Não existem informações precisas de que essa dívida, de responsabilidade do Estado, venha sendo amortizada ou qual as condições atuais para sua quitação, bem como qual o montante atual da dívida.

Na Secretaria do Interior e dos Transportes informou-se que a única ligação que houve desta para com a terceira ponte esteve relacionada apenas ao pagamento à empresa Usimec, através de faturas apresentadas, dos serviços executados. Na Secretaria da Fazenda, seu titular, Orestes Soneghetti, informou que sua função foi de emitir os cheques de pagamentos requeridos pela pasta de Syro Tedoldi, com visto da então Secretaria do Planejamento.

O secretário do Planejamento, Otávio Guimarães, também se eximiu de maiores ligações com a terceira ponte, transferindo para a Secretaria da Fazenda explicações sobre o montante dos recursos aplicados na obra. A respeito dos 30 milhões de dólares, tudo o que se apurou é que se esgotaram em fins de 1979.